

**Intervenção da Senhora Ministra da Cultura na apresentação das obras de adquiridas no âmbito da Comissão para a Aquisição de Arte Contemporânea (2020)**

***Jardim do Museu Nacional de Arte Antiga – 27 de julho***

Exmo. Senhor Diretor-Geral do Património Cultural,

Exmo. Senhor Diretor-Geral das Artes,

Exmos. Membros da Comissão para a Aquisição de Arte Contemporânea,

Caros Artistas e Galeristas,

Exmas. Senhoras e Senhores,

A cerimónia de hoje representa um marco incontornável na arte contemporânea portuguesa, no qual a Comissão para a Aquisição de Arte Contemporânea teve um papel histórico. Começo, assim, por felicitar e agradecer aos seus membros a forma empenhada e objetiva com que desempenharam a sua missão. Sandra Vieira Jürgens, David Santos, Eduarda Neves, Manuel João Vieira e Sara&André, o vosso trabalho será exemplar para as comissões seguintes.

A criação da Comissão resultou de uma decisão inédita e inovadora que procurou um envolvimento ativo da comunidade artística nas políticas

públicas para a cultura, algo que nunca antes tinha acontecido nesta dimensão e que considerámos essencial para que o trabalho da Comissão pudesse ser representativo, democrático e de verdadeiro serviço público.

Partindo do impulso dado pelo Orçamento do Estado para 2019, com a inscrição de 300 mil euros para aquisição de obras de arte, nunca é demais lembrar que recuperámos uma política pública de aquisições que não acontecia há quase vinte anos. Mas, mais que isso, posicionámos essa política em estreita ligação com artistas, curadores e galerias.

É isto, em primeiro lugar, o que o dia de hoje e a Comissão representam: DIÁLOGO.

Mas este dia representa também uma intenção clara do Governo que, a cada momento, tem sido renovada e reforçada. As aquisições que hoje apresentamos traduzem-se num investimento de 500 mil euros, mais 200 mil que no ano anterior. Como já tive oportunidade de dizer publicamente, estas cerimónias ganham um especial sentido porque, a cada ano, temos reafirmado e posto em prática um compromisso continuado de investimento na Coleção de Arte Contemporânea do Estado.

Aproveito, aliás, para anunciar que o trabalho da próxima Comissão será reforçado com 150 mil euros, num total de 650 mil euros para aquisições,

deixando, desde já, patente a intenção de que até ao final do mandato esse valor chegue a um milhão de euros. No difícil contexto em que estamos, estes valores que temos aplicado, numa lógica de constante reforço do investimento, têm sido estruturantes para a valorização da criação artística e para a difusão dos artistas portugueses tanto a nível nacional, como internacional.

Aproveito também esta oportunidade para anunciar que as 86 obras adquiridas por esta Comissão entre 2019 e 2020 serão apresentadas numa grande exposição, durante o primeiro semestre do ano que vem, com curadoria dos seus membros.

Estas são as condições necessárias para termos uma Coleção diversa, representativa e inclusiva. Ter uma política de aquisição participada e bem definida, reforçar o investimento e aumentar o espólio, procurando privilegiar e incentivar a criação nacional e a respetiva fruição em todo o território.

Tudo isto permite-nos olhar para a Coleção, não apenas como um número que cresce, mas como um motor que dinamiza e divulga a arte contemporânea portuguesa, espelhando a sua heterogeneidade e projetando-a com criatividade, sustentabilidade e inovação. Uma Coleção

que é verdadeiramente nacional porque representa tanto os artistas consagrados, como aposta no trabalho dos mais jovens.

Mas ao falar da Coleção, não posso deixar de mencionar que o investimento público em arte contemporânea feito por este Governo não se limitou ao trabalho da Comissão. De facto, foi feito um investimento de quase 70 milhões de euros, que veio garantir a visibilidade e fruição pública de espólios que incluem a Coleção Joan Miró, que está no Porto, as 193 obras em depósito no Centro de Arte Contemporânea de Coimbra e um conjunto de obras de Maria Helena Vieira da Silva que estão na Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, em Lisboa.

Em dois anos, mudámos a história desta Coleção. Tornámo-la transparente, criámos a Comissão de Aquisição e retomámos a política de aquisição de obras, criámos o cargo de Curador e aumentámos de forma consistente o investimento. Isto permite-nos, hoje, falar de um novo tempo na sua história. Este novo tempo passa, também, por apostar cada vez mais na sua visibilidade, desenvolver a partir do seu espólio uma estratégia que a estructure e projete, em diálogo com a comunidade artística e com a sociedade civil. A criação do Centro de Arte Contemporânea de Coimbra é disso exemplo. Mas queremos e podemos fazer mais.

Queremos multiplicar este exemplo, levar a Coleção, a partir das suas diversas narrativas, a todos os espaços de arte contemporânea onde ela possa complementar os acervos existentes ou trazer novas perspetivas. Queremos também, à semelhança do que aconteceu em Coimbra, que a Coleção potencie o surgimento de novos espaços. São esses, fundamentalmente, os princípios que devem nortear a nossa estratégia nacional para a arte contemporânea.

A Coleção de Arte Contemporânea é mais do que a soma das 1290 obras que agora a constituem. Representa Portugal e a sua criatividade. É, no seu sentido mais lato, uma Coleção que agora se desenha como verdadeiramente nacional, porque será sempre de todos os espaços e para todo o público nacional e internacional. Não é uma Coleção em depósitos, é uma coleção viva para os museus e centros de arte contemporânea. Uma Coleção desta dimensão, quando não é visível, não cumpre o seu propósito. Connosco esta Coleção servirá o seu propósito e será sempre visível.

Muito obrigada!

**Graça Fonseca**